

RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O ALUNO DE EDUCAÇÃO MUSICAL COM BAIXA VISÃO

Sueli Martins Leal dos Santos (UFSCar – suelimartins74@gmail.com)

Glauber Lúcio Alves Santiago (UFSCar – glauber@ufscar.br)

Grupo Temático 4. Inovação em Educação e Tecnologias Digitais

Subgrupo 4.2 Acessibilidade, inclusão e tecnologias digitais

Resumo:

O presente artigo procura mostrar como os recursos tecnológicos e a Educação a Distância podem auxiliar na inclusão de pessoas com deficiência visual, no que compete ao ensino de música, bem como a necessidade de os professores se adaptarem às novas tecnologias virtuais e buscarem novos recursos tecnológicos que os auxiliem nesse trabalho. Para isso inicia explanando sobre a inclusão de pessoas com deficiência, sobre a baixa visão e indica uma série de procedimentos práticos para o educador musical lidar com o aluno com baixa visão.

Palavras-chave: Baixa visão, Educação Musical, Recursos tecnológicos na educação.

Abstract:

This article seeks to demonstrate how technological resources and Distance Learning can aid in the inclusion of people with visual disabilities. This in relation to Music Education. The article also addresses the need for music teachers adapt to the new virtual technologies and seek new technological resources to assist them in this work. For this, the paper starts explaining about the inclusion of people with disabilities, talks about about low vision and, finally, indicates a number of practical procedures for the music educator dealing with the student with low vision.

Keywords: Low vision, music education, technological education resources.

1

1. Introdução

Ser um educador musical é uma tarefa muito gratificante para quem se dispõe a enfrentar o desafio de ensinar música. Porém, para ser um bom profissional é necessário muito empenho e incessante estudo e aperfeiçoamento. Neste sentido, Santiago (2006) faz uma análise sobre a visão de vários autores e lista diversos atributos que um educador musical precisa ter para exercer com qualidade a sua função.

Em uma análise geral desses atributos podemos dizer que é necessário que primeiramente o educador musical compreenda a importância do seu trabalho, ame e acredite no poder da música como agente transformador do indivíduo, buscando sempre se aperfeiçoar para uma crescente qualidade pedagógica e pessoal; deve estar disposto a se apropriar, conhecer e utilizar novas tendências ou sugestões; ter conhecimento de diversos métodos e metodologias; buscar materiais didáticos diversificados e compreender as fases de desenvolvimento da criança para poder aplicar o método mais adequado; tem que ter a habilidade de se adaptar a cada situação encontrada em sala de aula e saber criar e adaptar métodos para esta finalidade; deve ter ouvido musical desenvolvido, amplo conhecimento de teoria musical e sua aplicação prática; ter conhecimento de harmonia, saber criar e

adaptar arranjos simples; ter conhecimento de história da música e história geral, cantar afinado e saber improvisar. Além disso, precisa dominar, pelo menos, um instrumento musical de teclado, um instrumento auxiliar (violão, flauta...) e instrumentos de percussão. Deve saber reconhecer o esforço e desenvolvimento dos alunos e ser para eles um modelo de carisma e bom senso, tratando-os com educação, respeito e sensibilidade artística.

Sonza (2004) complementa que o educador precisa "... ter conhecimento dos recursos que a Informática nos proporciona e saber utilizá-los na prática pedagógica." (SONZA, 2004, p. 18). Além disso, como será detalhado a seguir, não pode faltar no trabalho do educador musical o saber adaptar suas aulas para alunos com deficiências ou com necessidades especiais se utilizando ao máximo das ferramentas virtuais, tecnológicas e computacionais que possam ajudar na inclusão destes alunos.

Atualmente na nossa sociedade um dos temas que está sendo muito difundido e discutido é a *inclusão social da pessoa com deficiência* que, segundo a legislação brasileira, é a pessoa que tem comprometimento de ordem física, mental, intelectual ou sensorial que a impeça de participar da sociedade em igualdade de condições; essa mesma legislação condena qualquer tipo de discriminação contra a pessoa com deficiência¹.

As escolas têm a obrigação de fazer com que essa inclusão aconteça. Mas é dentro de cada sala de aula presencial ou virtual que o trabalho de inclusão é realizado por cada professor. Ele é o mediador para que a inclusão aconteça; o sucesso ou fracasso da inclusão da pessoa com deficiência está em suas mãos. Desde a preparação da aula até a avaliação dos resultados o professor deve dar o auxílio necessário para que a pessoa com deficiência possa conviver em condições de igualdade com os demais membros do grupo. Lavarda (2008) sugere que a inclusão não é um ato isolado, mas sim um conjunto de procedimentos que geram transformações tanto no ambiente físico como na mentalidade das pessoas no que se refere ao convívio com uma pessoa com deficiência. Não é só o fazer, mas também o falar, o se relacionar. Castro (2010) e Sasaki (2003) reforçam que uma verdadeira inclusão tem início no uso correto das terminologias, pois...

"Muitas vezes o preconceito ou as atitudes de exclusão social estão nas entrelinhas dos fatos, nesse caso, a inclusão precisa estar nas 'entreletras' da terminologia utilizada". (CASTRO, 2010, p. 13)

Dessa forma, o professor deve, portanto, sempre ter o cuidado com as terminologias ao se dirigir ao aluno com deficiência. Bem como se inteirar sobre as necessidades desse aluno e adaptar suas aulas e materiais didáticos para que a inclusão realmente aconteça.

Este artigo não abordará todos os tipos de deficiência. Por concisão e enfoque se limitará ao ensino musical da pessoa com deficiência visual parcial ou *Pessoa com Baixa Visão*.

Por falta de informação muitos consideram com DV apenas a pessoa com cegueira total, e que é muitas vezes estereotipada como "uma pessoa usando óculos escuros, segurando uma bengala branca e/ou sendo guiada por um cão guia". Na experiência pessoal a autora deste texto passou por muitas situações constrangedoras onde sua DV foi questionada por não estar dentro desse estereótipo. É importante compreendermos que cego não é só quem tem cegueira total e que nem todas as pessoas cegas fazem uso de bengala e/ou cão guia. DV engloba a cegueira total e a cegueira parcial. Neste sentido,

¹ Veja mais em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/legislacao-0>

Sasaki (2003) esclarece que os termos devem ser usados corretamente para que o respeito à pessoa com deficiência seja garantido. Em relação à visão temos que: *Cego*, é a pessoa que tem deficiência visual total e *Pessoa com Baixa Visão (BV)*, ou *Visão Subnormal (VS)*, é a pessoa que tem deficiência visual parcial.

Segundo Bonotto (s.d), Lavarda (2008) e Gasparetto (2000) existem diversos tipos de doenças que podem causar a BV e cada uma tem uma característica própria que deixa no paciente um tipo de resíduo visual específico. A pessoa não fica totalmente cega mas, mesmo depois de passar por tratamento ou correções ópticas, a visão residual é insuficiente para que ela possa realizar tarefas habituais do dia a dia como uma pessoa com a visão considerada normal.

Os mesmos autores explicam ainda que nem sempre é fácil identificar uma pessoa com BV, pois ela aprende a utilizar melhor o seu resíduo visual e criar rotinas que lhe permite viver de forma autônoma e até camuflar sua doença. Porém o diagnóstico é importante pois alguns cuidados, terapias e tratamentos podem ajudar a amenizar o problema, dependendo da origem da doença. Bonotto (s.d) esclarece que a BV permite que a pessoa tenha uma visão útil que lhe possibilita, por exemplo, ler materiais impressos desde que sejam ampliados de acordo com a sua necessidade. Além disso, o DV com BV pode contar hoje com diversos recursos ópticos como óculos especiais, lentes para ampliação, equipamentos eletrônicos e outros que podem ajudá-lo a potencializar a sua visão útil além de instituições de auxílio e leis que o ajudam a amenizar os problemas causados pela BV.

Diante de tudo o que foi descrito até o momento podemos dizer que o educador musical, além de todos os atributos tradicionais que lhe são atribuídos, deve buscar recursos tecnológicos e saber usá-los corretamente buscando inovar no uso desses recursos, se apropriar de todas as ferramentas que a EaD proporciona e saber adaptar tudo isso ao ensino de música para pessoas videntes, cegas, com BV ou qualquer outro tipo de necessidade de aprendizagem. Não basta *ter* os recursos, é necessário ser criativo ao usá-los e pensar nas várias formas de transformá-los, de acordo com a necessidade que se apresenta.

Infelizmente é difícil encontrar trabalhos que tratam do ensino de música para pessoas com BV. Essa carência de material acaba prejudicando o aprendizado de alunos de música que têm essa deficiência. A falta de preparação de professores e a falta de material específico levam professores a uma busca solitária e insana para adaptar aulas e materiais didáticos. Os recursos da EaD são fortes ferramentas para serem usadas mas, muitas vezes, o professor se perde ao não considerar que todos os recursos devem ser pensados e adaptados a cada aluno com BV. Não basta ter o recurso é preciso saber adaptá-lo de forma correta.

Assim, esse artigo tem o objetivo de possibilitar ao educador musical uma reflexão sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência em seu trabalho. Além disso, tem como objetivo informar sobre as necessidades das pessoas com BV e fornecer aos educadores musicais algum embasamento para o trabalho com elas. Além deste, o artigo busca sugerir e reunir informações sobre práticas, recursos e procedimentos corretos para serem usados com pessoas com BV nas aulas de música. Este foi um artigo elaborado por dois autores em conjunto durante o processo de elaboração de um trabalho de conclusão de curso de graduação: por uma orientanda, com DV e seu orientador. Assim, algumas vezes o texto se referirá às experiências pessoais vividas pela autora que exemplificam algumas das ideias apresentadas neste trabalho.

2. O deficiente visual parcial na escola

Quando falamos sobre a inclusão e adaptação do aluno com BV na escola estamos falando tanto do ensino presencial como da EaD. Os cuidados que devem ser tomados pelo professor são os mesmos em ambas as situações pois o professor é o mediador para que a inclusão do aluno com DV aconteça de forma adequada e respeitosa, fazendo-o sentir-se parte do grupo de forma natural. O professor não pode passar a impressão de que aquele aluno, por causa de sua deficiência, é diferente, menos capaz e que os colegas tem que ajudar o “coitado”. Segundo Bonilha (2006) “... incluir não significa apenas integrar alunos deficientes a um sistema de ensino pré-estabelecido, mas significa propor mudanças de conceitos e atitudes frente às diferenças individuais.” (BONILHA, 2006, p. 8)

Todas as pessoas tem alguma dificuldade em realizar alguma tarefa e a dificuldade da pessoa com BV é enxergar com perfeição. Essa dificuldade não deve ser apresentada como *característica* da pessoa mas sim como uma *condição*; afinal ela tem um nome, uma idade, uma personalidade, uma cor de cabelo, uma história; ela é um ser completo, não é o “aluno cego da sala”, ou pior ainda: “o ceguinho da sala”. Deve ser reconhecido por seu ser e não pela sua deficiência. Para que a inclusão realmente aconteça é preciso que o grupo trate o aluno DV de forma natural, sem rotulações, pois afinal ele é tão “diferente”, quanto qualquer outro aluno da sala é diferente um do outro.

O professor não deve ter medo de conversar com o aluno e perguntar quais são suas dificuldades e como ele e o grupo podem ajudá-lo, pois de outra forma, não terá condições de saber quais recursos deve procurar para tornar sua aula verdadeiramente acessível. O aluno pode não querer revelar aos colegas que tem BV; neste caso a vontade dele deve ser respeitada, mas deve ser orientado que uma conversa com os colegas - dizendo que tem dificuldades visuais e talvez precise de ajuda em certas situações - é a melhor coisa a ser feita.

Diante do consentimento do aluno em conversar com os colegas sobre suas dificuldades o professor deve proceder da forma mais natural possível conversando com os alunos de forma objetiva sem delongas e sem usar frases como: “Vocês devem aceitá-lo no grupo”. O aluno com DV já é parte do grupo, não é preciso aceitá-lo para que o faça. Esse tipo de frase só fará com que o aluno com BV se sinta inferiorizado e um peso na sociedade. O aluno com BV está ali porque tem direito de estar e não porque uma lei obriga a escola a aceitá-lo; ele é um cidadão, tem direito de estudar como qualquer vidente. Uma apresentação simples é a melhor opção: “Este é o [nome do aluno]. Ele tem dificuldade visual e talvez precise da ajuda de vocês em algumas situações.”

Conforme a situação o melhor procedimento é o próprio aluno se apresentar e dizer aos colegas suas dificuldades e a ajuda que precisa (ele tem BV, não é mudo). O professor deve intervir nesse diálogo somente se achar necessário. Sua cegueira é uma *condição* não uma *característica*, por isso quanto menos apontá-la e evidenciá-la melhor será a adaptação do aluno no ambiente escolar. O DV antes de ter uma deficiência tem história e uma vida.

3. O educador musical face ao aluno com BV e a função do aprendizado musical

Muitas vezes a pessoa com DV ouve a frase: “Você deve tocar muito bem porque os cegos tem a audição mais desenvolvida”. Segundo Bonilha (2006):

“... essa ideia, expressa de modo tão genérico, não parece possuir fundamentos reais, visto que o desenvolvimento de habilidades relacionadas à música está determinado por uma multiplicidade de fatores, de modo que a deficiência visual não bastaria para explicá-lo.” BONILHA (2006, pág. 14)

Portanto, não podemos afirmar que todo DV tem *talento* para a Música por causa da sua deficiência, mas podemos considerar que a sua audição mais apurada favorece o seu aprendizado musical. Neste ponto, podemos considerar que atividades de percepção rítmica e melódica são ótimas ferramentas para o trabalho musical com o aluno com BV, pois o DV tem o seu *ouvir* potencializado. O que precisamos fazer é potencializar o seu *ouvir musicalmente*. Para Bonilha (2006) essa potencialidade auditiva ajuda o DV a se desenvolver musicalmente tornando a música uma rica forma de expressão artística.

O professor de música tem que tomar cuidado para não fazer da aprendizagem musical do aluno DV apenas uma forma de terapia ou reabilitação afinal esse aluno está na escola para desenvolver suas potencialidades musicais, artísticas e profissionais como todos os videntes ao seu redor. A música como forma de terapia, no contexto escolar, deve ser considerada *consequência* e não *objetivo*. O aluno com BV tem condições de ter a música em sua vida como profissão (compondo, tocando, cantando, lecionando ou mesmo coordenando um grupo musical). A falta de instituições que se empenham em ensinar a música ao DV como forma de profissionalização acaba dificultando a inserção de deficientes visuais nesse campo de trabalho.

Outro obstáculo enfrentado pelas pessoas com BV no seu desenvolvimento musical é a falta de preparação de muitos professores e a dificuldade em encontrar material didático musical específico e adequado para suas necessidades. De modo geral vê-se nos cursos de licenciatura a obrigatoriedade do aprendizado da *Linguagem de Libras* para o ensino de pessoas com deficiência auditiva, mas não se tem a obrigatoriedade de uma formação voltada para o ensino de pessoas com outras deficiências. Segundo Bonilha (2006) professores que se empenham em buscar recursos adequados para o ensino das pessoas com DV logo percebem a falta de literaturas específicas e acabam tendo que criar seus próprios meios e técnicas para ensinar seu aluno. E quando o assunto é BV as referências são mais difíceis ainda de serem encontradas. A maioria dos trabalhos é direcionada ao ensino de música para cegos e o uso de Musicografia Braille². Muitos educadores musicais já passaram pela experiência de dar aula de música para pessoas cegas, mas nunca se depararam com alunos com BV. A primeira coisa que é preciso compreender é que: cegos e pessoas com BV tem necessidades diferentes umas das outras.

Um erro que pode causar prejuízos emocionais e pedagógicos muitas vezes irreversíveis no aluno com DV é dizer a ele: “*Fica observando seus colegas fazerem a*

² Notação musical em Braille ou Musicografia Braille refere-se ao sistema de leitura e escrita musical em Braille desenvolvida por Louis Braille (1809-1852) e destinado ao uso de deficientes visuais. (BONILHA, 2006)

atividade e depois da aula eu te ajudo.” O aluno tem que *participar* da aula em tempo real, ou então, o professor estará *excluindo-o*, atitude que pode ser interpretada como uma forma de discriminação. O aluno tem que *participar* da aula pois se não é para ser assim então qual é o propósito da inclusão?

O aluno com BV não consegue ler partituras em tamanho convencional e na sua maioria não tem prática de leitura em Musicografia Braille. O professor muitas vezes não tem recursos financeiros nem metodológicos para atender a necessidade desse aluno. É urgente a necessidade de estudo e pesquisas específicas nessa área para auxiliar os professores capacitando-os e dando-lhes condições para trabalhar com as pessoas com BV. Afinal, elas existem, fazem parte da sociedade e tem direito a um ensino adequado às suas necessidades.

É nesse momento que entra a importância dos requisitos do educador musical: saber criar, saber adaptar materiais, buscar inovações tecnológicas e toda a lista de requisitos já citadas. O professor tem que adaptar suas aulas para que o aluno com BV possa cumprir o currículo, acompanhar as aulas coletivas em tempo real com qualidade de aprendizagem e possa ser avaliado por sua evolução musical de acordo com as suas condições reais de aprendizagem. Não é o currículo que deve mudar para a inclusão acontecer, mas sim a forma de ensinar esse currículo. Não podemos concordar com atitudes como alterar o currículo para *facilitar o aprendizado da pessoa com deficiência* ou exigir menos desse aluno no seu desenvolvimento musical por *julgar* que ele não é capaz de aprender como os demais. Ele necessita apenas de *condições adequadas* para o seu aprendizado e não que sua capacidade de aprender seja questionada e julgada.

4. Uso de recursos tecnológicos e a EaD para o aluno de música com BV

O professor tem que buscar todas as formas possíveis de tecnologias e recursos tecnológicos, desde o mais simples e trivial ao mais moderno e elaborado, para adaptar sua aula e torna-la acessível a todos os alunos. O professor não pode pensar só nos alunos videntes ou só no aluno DV. Não pode haver prejuízo do aprendizado de um em detrimento ao outro.

Atualmente os programas e sistemas usados nos computadores oferecem diversos recursos para que pessoas com DV possam ter acesso a todos os conteúdos oferecidos pelos sistemas computacionais. O professor deve aproveitar todas as ferramentas possíveis pois o aluno DV poderá usar os recursos de acessibilidade do seu computador para estudar e se desenvolver no seu aprendizado musical. Quando falamos em acessibilidade todos os recursos disponíveis são bem-vindos, mas devem ser usados de forma correta.

No percurso desta autora como estudante de música com BV ocorreram várias situações que trouxeram muitos transtornos emocionais devido à falta de material didático musical adequado e falta de preparação de professores e uso incorreto de recursos tecnológicos. A seguir são listadas algumas situações reais que aconteceram e alguns procedimentos que podem ajudar no relacionamento e melhorar as condições de trabalho pedagógico com alunos de música com BV. Serão escritas em primeira pessoa para facilitar a compreensão vivenciada pela autora.

4.1 A lousa

Muitos professores esquecem que tem aluno com DV na sala, e escrevem na lousa, explicando o conteúdo e apontando para a lousa usando termos como: “isto”, “aquilo”, “aqui”, “esse”; deixando o aluno com DV totalmente alheio ao que está acontecendo. Muitas vezes pedia para o professor falar enquanto escrevia para que eu pudesse copiar e acompanhar a aula. A frase *típica* era: “Pede pro colega que está do seu lado te ajudar.” Isso me incomodava muito pois eu me sentia um peso para meus colegas que tinham que perder a explicação para me ajudar.

Esse tipo de situação não pode acontecer de forma alguma. A obrigação em ajudar o aluno é do professor. Os colegas da sala podem cooperar desde que não tenham prejuízo de seu aprendizado, mas não podem deixar de prestar atenção na explicação da aula para ajudar o amigo que não enxerga.

Quando o professor for escrever na lousa deve escrever e falar ao mesmo tempo. O aluno com BV poderá escrever em seu caderno ou digitar em seu *notebook*, *tablet*, etc. sem precisar da ajuda de ninguém. Quando for necessário fazer um desenho ou tabelas, por exemplo, o professor deve chegar perto do aluno, explicar-lhe o que deve fazer na sua folha e depois voltar para a lousa e iniciar a explicação. Nunca deve apontar para a lousa e dizer: “Isto, aquilo, aqui...”; deve sempre falar o que está apontando: “No terceiro pentagrama, temos uma nota fá, que...”

Ficar mais perto da pessoa com BV na hora da explicação também ajuda. Muitas vezes, quando o professor usa gestos corporais enquanto fala, o aluno consegue perceber esses movimentos com o seu resíduo visual e isso o ajuda a entender melhor a explicação.

4.2 Regência musical

Ao reger uma música o professor deve procurar, sempre que possível, fazer movimentos um pouco mais largos para que o aluno com BV possa conseguir perceber o movimento e acompanhar a regência. O contraste entre a cor do fundo da sala e a roupa do professor também ajuda nessa visualização.

Tocando na Orquestra da universidade me deparei com situações em que eu precisava ver a regência para poder saber as entradas e dinâmicas que a regente queria em determinado trecho de uma música. Procurava enxergar a movimentação do seu braço, mas quando ela fazia movimentos menores eu não conseguia acompanhar.

Se precisar dar um sinal específico para o aluno com BV o professor pode combinar com ele algum gesto que ele consiga perceber rapidamente e que não chame a atenção das pessoas a sua volta nem da plateia para a sua deficiência. Nesses casos vale combinar com algum músico que está mais perto dele para lhe dar o sinal no momento certo.

4.3 Material escrito/visual em formato digital

Sempre que possível o professor deve disponibilizar ao aluno todo material escrito que for usado na aula com antecedência, em arquivo digital; os computadores têm recursos de leituras de textos e ampliação de tela que ajudam o aluno na leitura. Neste caso os materiais podem ter layout fixo (como nos arquivos em PDF) ou formato de texto fluido como no caso dos arquivos em formato ePUB. Para a leitura de textos o formato fluido é mais interessante, pois permite o redimensionamento da fonte e a reformatação automática do texto; já para material com imagens ou muitas tabelas um formato de layout fixo pode ser mais interessante.

O professor deve, sempre que possível, já passar o material digitalizado, pois assim ajudará o aluno que, ao invés de passar horas digitalizando o material de cada professor, poderá usar o tempo para estudar e fazer seus trabalhos.

4.4 Notebook, Tablet e afins

Sempre que possível o professor deve permitir que o aluno use seu *notebook*, *tablet* ou outro recurso afim, nas aulas, pois os recursos de acessibilidade ajudam o aluno nas leituras e realização de tarefas. O uso do *notebook* na sala de aula me ajudou muito durante meus estudos pois podia usar os recursos de acessibilidade disponíveis e acompanhar as aulas mais ativamente.

4.5 Trabalhos escritos

Sempre foi uma dificuldade muito grande para mim entregar trabalhos escritos à mão. Como não enxergava as linhas da folha acabava escrevendo fora das linhas e depois não conseguia ler o que havia escrito por causa de precisar escrever com letra pequena para caber na linha; com isso, não tinha condições de corrigir o trabalho adequadamente. Usar o corretivo era outro problema. Não conseguia passar o corretivo corretamente na palavra que precisava. Acabava ficando um trabalho feio, rude e de aparência desleixada, o que me deixava muito triste e frustrada.

Situações como esta podem ser resolvidas de duas formas: o professor pode permitir que seu aluno use folhas de sulfite para escrever o trabalho, sem se preocupar com as linhas e tamanho da letra; a segunda opção é permitir que o aluno digite seus trabalhos e envie por *e-mail* ou imprima.

No caso de uma prova, o professor pode tanto entregar as perguntas impressas em tamanho ampliado e permitir que o aluno use quantas folhas forem necessárias para colocar as respostas, ou pode lhe fornecer seu *notebook* para ele digitar as respostas.

Para ler o que está escrevendo ele teria que escrever em *letras garrafais*. O trabalho ficaria com uma aparência muitas vezes grotesca e a tarefa seria exaustiva e frustrante para o aluno que gostaria de apresentar um trabalho bonito e limpo ao professor. O professor não pode esquecer que não é porque o aluno tem uma deficiência que “qualquer coisa está bom”. Dê-lhe as condições adequadas e ficará surpreso com a qualidade dos seus trabalhos.

4.6 Máquinas fotográficas, gravadores e outros recursos afins

Uma forma prática de *copiar* as lições da lousa pode ser através de *tirar fotos da lousa* ou do caderno de um amigo ou do livro do professor. Posteriormente o aluno transfere a foto para o computador e usa seus recursos para ampliar a imagem e estudar. Isso ajuda muito quando é necessário copiar um desenho, uma tabela, esquemas ou partituras, por exemplo.

Gravadores também ajudam quando o professor fala o que está escrevendo. O aluno tem a opção de gravar a aula e posteriormente copiar o conteúdo ou ouvir a explicação quantas vezes forem necessárias. Filmar a aula também é um ótimo recurso pois o aluno terá condições de ver no computador o que não conseguiu ver na aula e compreender os conceitos com mais exatidão.

4.7 Vídeos

Quando o professor for passar algum vídeo para os alunos assistirem na aula pode fazer uso de dois procedimentos: disponibilizar o vídeo com antecedência para o aluno poder usar os recursos de acessibilidade para assisti-lo e se preparar para a aula ou fazer a áudio-descrição do vídeo em tempo real. Quando o aluno tem condições de usar seu resíduo visual essa condição *deve* ser explorada pelo professor. Por esse motivo considero a primeira opção mais adequada, pois muitas vezes, em casa o aluno tem recursos como monitores grandes que o ajudam a enxergar as cenas melhor e na áudio-descrição ele teria que *imaginar* as cenas.

4.8 Partituras

O uso de partituras é sempre um grande problema para a pessoa com BV. Mas o professor nunca deve privá-la de tocar com o grupo por não conseguir ler a partitura. Afinal o que é a partitura senão uma forma de *extensão da memória*? Será que não há outras possibilidades de ajudar na memorização?

Nem sempre ampliar a dimensão da partitura através de fotocópias ampliadas será suficiente para resolver o problema do aluno. O professor deve ter domínio em edição de partitura e digitalizar as músicas ou exercícios que serão utilizados em aula e ampliá-los e imprimir para o aluno. A escola tem a obrigação de custear essas impressões, pois assim determina a lei³.

O professor deve conversar antecipadamente com o aluno para saber o tamanho da ampliação necessária. Caso a ampliação fique em tamanho inviável e acabe mais atrapalhando do que ajudando o aluno deve-se buscar outros recursos. Quando a ampliação é suficiente recomendo que, ao editar a partitura, o professor a limpe o máximo possível para aproveitar todo o espaço da folha. Ou seja, na edição o professor pode suprimir alguns itens da partitura que não atrapalharão o aluno ao tocar como: eliminar as claves, eliminar as indicações de mudança de tonalidade no final do pentagrama, tirar os sinais de dinâmica, ligaduras de fraseado, etc. Essas informações o aluno memoriza na prática, ouvindo e tocando.

Pode-se também usar cores em lugares específicos. Por exemplo: quando aparece uma sequência de notas, pinta-se a primeira nota de uma cor específica (pré-estabelecida entre professor e aluno) e, a partir dessa nota, o aluno memoriza como será a sequência. Quando possível, o uso de alto relevo também é um recurso interessante, por exemplo: para numerar as páginas da partitura ou os números de compasso. O professor deve ajudar o aluno a analisar a música buscando fazer anotações padronizadas onde o aluno tocará uma escala ou um harpejo, ou identificar fraseados que se repetem.

Depois que o professor entender quais são as necessidades do aluno pode até fazer um vídeo com a análise da música e enviar para ele poder assistir quantas vezes for necessária. O professor pode gravar vídeos tocando a música para que o aluno possa usar seus recursos para ver onde o professor aperta a corda do violão ou aperta a chave do instrumento para tocar determinada nota, por exemplo. Áudios com a música cantada, solfejada, tocada, também são ótimos recursos para suprir dificuldades de leitura de partitura em algumas situações.

³ Ver mais em Portaria nº 3.284, de 7 de NOVEMBRO de 2003.

Quanto mais opções o aluno tiver para ajudar a memorizar a música melhor será o seu desenvolvimento musical.

4.9 Estantes de Partitura articuladas

O professor pode sugerir ao aluno ou à escola que providencie a confecção de estantes de partitura que permitem que as partituras fiquem o mais próximo possível dos olhos dos alunos.

No caso de instrumentos como órgão, teclado ou piano a estante articulada pode ser fixada na própria estante do instrumento e movimentada para ficar na melhor posição possível. Pode-se também fixar uma base na parede e encaixar a estante. É possível ainda adaptar uma estante em alguma parte do instrumento musical, em caso de instrumentos de sopro ou acordeons, por exemplo. São muitas as possibilidades; basta usar a imaginação e a criatividade.

4.10 Alguns recursos ópticos

Existem inúmeros recursos tecnológicos ópticos como: óculos especiais para leitura com prismas, lentes duplas com ajuste de foco, lupas eletrônicas de diversos tamanhos e preços, estantes articuladas para leitura, além de outros inúmeros recursos tecnológicos a venda em lojas especializadas.

5. A EaD e o aluno com BV

Para Preti (1996) a EaD vem democratizar o ensino de modo geral e podemos complementar que ela proporciona ferramentas eficazes que podem amenizar ou mesmo resolver problemas de acessibilidade de pessoas com deficiência na educação musical.

Como na EaD atual a intermediação entre o professor e o aluno é feita prioritariamente por meio das novas tecnologias da informação e comunicação esta modalidade representa um fértil campo para a aplicação das ideias apresentadas anteriormente, neste artigo. Por exemplo: Em um ambiente virtual de aprendizagem o professor pode disponibilizar partituras já ampliadas, arquivos MIDI, vídeos conferências e fóruns para tirar as dúvidas dos alunos, arquivos de texto em PDF entre inúmeras outras formas de comunicação que auxiliam ao aluno com BV no seu estudo musical. A EaD é uma revolução não só no que diz respeito ao ensino mais democratizado, mas também em relação à acessibilidade de pessoas com deficiência.

6. Considerações finais

De modo geral o trabalho com pessoas com deficiência, seja ela qual for, não é um trabalho simples principalmente quando falamos no ensino de música como Arte e como Profissionalização. O educador musical tem um papel fundamental mediando esse aprendizado, buscando recursos, adaptando materiais, promovendo a integração social e fazendo a sua diferença na vida de um aluno. Um dos atributos do educador musical é *acreditar no poder da música*. Acredito que esse seja o mais importante de todos, pois quem

acredita nesse poder transformador vai buscar desenvolver todos os outros atributos necessários para ser um bom educador musical.

É importante sempre lembrar que, seja em aulas presenciais ou aulas à distância, o professor deve conhecer seu aluno e suas necessidades, buscar ajuda sempre que necessário, usar todos os recursos tecnológicos disponíveis, *criar, inventar, se desdobrar*. Ou seja, deve proporcionar ao aluno com BV e a todos os demais alunos com deficiência ou não as condições necessárias para o seu aprendizado musical.

Música é a *força* que transforma, alegra e enriquece a alma. Sejam sementeadores dessa semente e deixemos para cada aluno uma lição especial de vida: *Através da Música, você pode sonhar e realizar todos os seus sonhos*.

7. Referências

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. Leitura Musical na Ponta dos Dedos: Caminhos e Desafios do Ensino da Musicografia Braille na Perspectiva de Alunos e Professores. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Artes. Campinas – SP. 2006.

BONOTTO, Lígia Beatriz. Oftalmopediatria. Visão Subnormal. Disponível em <http://www.ofthalmopediatria.com.br/texto.php?cs=10>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Legislação. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/legislacao-0>. Acesso em 27 Fev. 2014.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de NOVEMBRO de 2003.

CASTRO, Sandra Andrade de. A Inclusão dos Deficientes: Tudo Começa nas “Entreletras” da Terminologia. Artigo apresentado no VII Colóquio Nacional de Pesquisa em Educação/2010 – PUC Minas. Belo Horizonte - MG. 2010.

GASPARETTO, Maria Elisabete R. Freire, et all. 14º Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira e Reabilitação Visual. Setembro/2000. Natal – RN. Arq. Bras. Oftalmol. 64.1 (2001): 45-51.0.

LAVARDA, Santa Terezinha Falcade. O Problema dos Dêiticos na Interação Didático-Pedagógica e Passagem de Conteúdos: A Linguagem do Professor em Sala de Aula Face aos Alunos com Deficiência Visual. 2008. 133 Pág. Dissertação (Mestrado em Letras). UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Cascavel - PR. 2008.

PRETI, Oreste. Educação a Distância: Uma Prática Educativa Mediadora e Mediatizada. Educação a Distância: Inícios e Indícios de Um Percuro. Cuiabá: NEaD/IE-UFMT (1996): 15-56.

SANTIAGO, Glauber Lúcio Alves. Uma Proposta de Modelo para Diagnóstico dos Atributos do Educador Musical em Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciatura em Música Baseado na Gestão de Competências. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) UFSCar –

Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos. 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre Deficiência na Era da Inclusão. In: VIVARTA, Veet (coord.). Mídia e deficiência. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil. 2003. Pág. 160-165.

SONZA, Andréa Poletto. Acessibilidade de Deficientes Visuais aos Ambientes Digitais/Virtuais. Dissertação (Mestrado em Educação Orientadora). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. Porto Alegre. 2004.

VIDENTE. In: DICIONÁRIO Michaelis. Dicionário de Português Online. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=vidente>. Acesso em: 05 mar. 2014.